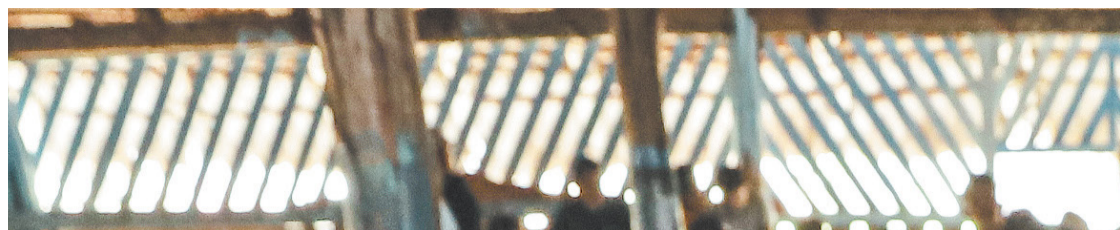


LIBERAL
AMAZONUse a câmera
do seu celular
para acessar
o conteúdo
multimídia.

SABERES ANCESTRAIS

PRESERVAR AS LÍNGUAS INDÍGENAS AINDA É DESAFIO NA AMAZÔNIA

UNIÃO - Museu Paraense Emílio Goeldi e Justiça Eleitoral mobilizam-se para manter vivas as oralidades em risco de extinção

LIDYANE ALBIM
Especial para
O Liberal

A comunidade indígena Tunuí-Cachoeira, localizada na Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira, município do Amazonas que é considerado o mais indígena do Brasil, mantém a tradição dos antepassados da etnia Baniwa. A rotina envolve atividades diárias de trabalho na roça e na pesca, em que homens e mu-

lheres têm papéis definidos, e as cerca de 1.300 famílias se organizam em torno do bem-estar coletivo e da preservação dos saberes e modos de vida originários, que envolvem banhos diários em rios e a realização de cerimônias com danças e músicas.

A simplicidade do dia a dia, porém, contrasta com um desafio que atinge as populações indígenas brasileiras: preservar suas línguas. Artur Garcia Gonçalves, da etnia Baniwa, doutor pela Universidade de

Brasília (UnB) e pós-doutorando no Museu Goeldi, conta que ministrou aulas para a comunidade por 12 anos e, apesar do aumento do número de professores falantes da língua materna, a dificuldade em mantê-la viva segue a mesma.

“Existem 8.827 pessoas da etnia Baniwa em todo o Brasil e 6.338 falantes. Nos últimos anos tenho visto que estão diminuindo, deixando de falar a própria língua. O desafio hoje é o material pedagógico na própria língua para professores. Eles só estão usando livros didáticos de língua portuguesa e inglesa para dar aula e isso é preocupante,

pensando na valorização da língua, já que os alunos são todos falantes de baniwa”, afirma o professor.

No município de Seringueiras, em Rondônia, a comunidade indígena que vive na aldeia Aperoi enfrenta obstáculos semelhantes. O professor indígena Mário de Oliveira Neto Puruborá trabalha na Escola Iwara Puruborá. A língua indígena Puruborá - “o povo que se transforma em onças”, da família Puruborá, se localiza no tronco Tupy. Ele diz que os desafios de manter a tradição oral originária surgiram ainda no período da

colonização europeia, e permanecem até hoje, porque muitos parentes se dispersaram pela ausência de demarcação territorial.

“Nossa aldeia tem cerca de doze famílias com um total de 35 pessoas, entre crianças e adultos. Por não ter nosso território demarcado, muitos não moram aqui. A proibição de nossas culturas tradicionais após o contato (com os colonizadores) e, depois, a escravização do nosso povo foram muito marcantes, por isso hoje estamos tendo dificuldades de fazer esse resgate. A maioria dos anciãos já se foi”, conta o docente.



LEONARDO MORAES

O **"Guia Originários"**, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará), lançado em 2024 e traduzido para quatro línguas tradicionais - Mundurucu, Tenetehara, Nheengatu, Wai-wai e o Mebêngôkre - garante inclusão democrática

The **"Guia Originários"** (Guide to Indigenous Peoples), from the Regional Electoral Court of Pará (TRE Pará), launched in 2024 and translated into four traditional languages - Mundurucu, Tenetehara, Nheengatu, Wai-wai and Mebêngôkre - guarantees democratic inclusion.

who speak their native language, the difficulty in keeping it alive remains the same.

"There are 8,827 people of Baniwa ethnicity throughout Brazil and 6,338 speakers. In recent years I have seen that their numbers are decreasing, and they have stopped speaking their own language. The challenge today is the lack of teaching materials in their own language. They are only using Portuguese and English textbooks to teach, and this is worrying, considering the importance of valuing the language, since the students are all Baniwa speakers," says the professor.

In the municipality of Seringueiras, in Rondônia, the indigenous community living in the Aperi Village faces similar obstacles. The indigenous teacher Mário de Oliveira Neto Puruborá works at the Iwara Puruborá School. The Puruborá indigenous language - "the people who turn into jaguars," from the Puruborá family -, belongs to the Tupi linguistic trunk. He says that the challenges of maintaining the original oral tradition arose during the European colonization period and have persisted ever since because many relatives have dispersed due to the lack of territorial demarcation.

"Our village has about twelve families with a total of 35 people, including children and adults. Because our territory is not demarcated, many do not live here. The prohibition of our traditional cultures after contact (with the colonizers) and, later, the enslavement of our people were very significant, this is why today we are facing difficulties to recover all this. Most of the elders have already passed away," says the teacher.



ANCESTRAL KNOWLEDGE

Preserving indigenous languages is still a challenge in the Amazon

UNION - Museu Paraense Emílio Goeldi and Electoral Court make a move to keep alive the oralities in risk of extinction

LIDYANE ALBIM
Special for O Liberal
Translated by Moacir José de Almeida Moraes Filho; Silvia Benchimol and Ewerton Branco (ET.Multi/UFPA)

The Tunuí-Cachoeira indigenous community, at Alto Rio Negro Indigenous Territory (IT), in São Gabriel da Cachoeira, municipality of Amazonas - considered the most indigenous in Brazil -, preserves its ancestor's Baniwa ethnic group tradition. The routine involves daily activities in plantation fields and fishing, during which men and women have defined roles, and the nearly 1,300 families organize themselves around col-

lective well-being and the preservation of indigenous knowledge and ways of life, which include daily bathing in rivers and the ceremonies performances with dances and music.

The simplicity of the daily life, however, contrasts with a challenge that impacts Brazilian indigenous populations: preservation of their languages. Artur Garcia Gonçalves, from the Baniwa ethnic group, with a doctorate from the University of Brasília (UnB) and a postdoctoral fellow at the Goeldi Museum, comments he taught classes to the community for 12 years and, despite the increase in the number of teachers

DICIONÁRIOS MULTIMÍDIAS SÃO ALIADOS

Atualmente, Mário Puruborá é a única pessoa fluente do povoado, mas conta que tem ajudado outros indígenas a aprender puruborá. Na década de 1980, a língua chegou a ser considerada extinta, mas no início do século XXI o povoado reivindicou seus direitos e, com a utilização de recursos tecnológicos, eles têm conseguido manter a tradição oral na sua originalidade de quem vive em outras regiões.

“Hoje, fluente, quem mais fala sou eu, mas já tem alunos meus que estão aprendendo bem. O número (de fluentes) está crescendo. Estou muito feliz em ver que essas tecnologias, em parte, têm ajudado muito”, celebra Mário.

A tecnologia à qual ele se refere são os Dicionários Multimídias de Línguas Indígenas, lançado em abril do ano passado, no mês dos Povos Indígenas, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. A coordenadora do projeto é a pesquisadora do Museu e linguísta Ana Vilacy Galúcio, que buscou ferramentas de fácil utilização para ensinar jovens e adultos a revitalizar a língua materna e fortalecer a luta linguística.

“Em 2019, o projeto surgiu com a demanda de um cacique chamado Augusto Kanoé, do povo Kanoé, de Rondônia. Ele queria um material que pudesse usar para aprender a língua materna, já que os pais dele falavam, mas ele falava pouco e os

filhos, nenhuma palavra. Ele não conhecia a pronúncia das palavras e queria saber como poderia escutar. E aí, com isso, a gente foi pensando e chegou nessa produção do dicionário multimídia, em que você embute informações, tanto a escrita, imagens e o áudio, especificamente. E aí você pode escutar a língua falada”, explica Ana Vilacy.

SETE OBRAS

A plataforma digital disponibiliza sete dicionários bilíngues em software livre, gratuito e de fácil acesso nas seguintes línguas indígenas: Kanoé-Português, Oro Win-Português, Puruborá-Português, Sakurabiat-Português, Salamã-Português, Wanyam-Português e o dicionário de Lugares Sagrados do Povo Medzeniakonai. Outras três traduções já estão em andamento pela equipe do Museu.

Mário Puruborá, que contribuiu com o projeto, diz que o material digital pode fortalecer uma cultura que anda fragilizada com o passar do tempo. “Na minha visão como professor sabedor, me preocupo muito, porque vejo nossas culturas se enfraquecendo, a língua deixando de ser usada, os pais não falam no dia a dia. Por isso a importância da educação escolar indígena com materiais didáticos de cada povo para que a cultura permaneça firme e forte”, afirma o educador indígena.

É preciso preservar para não morrer

Segundo o Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 295 línguas indígenas faladas e 391 etnias. Os dados apontam ainda que 1.694.836 pessoas indígenas vivem em 4.833 municípios do País, o que representa menos de 1% (0,83%) do total de 213 milhões de habitantes no Brasil.

Já a pesquisa do Museu Emílio Goeldi aponta que o número de línguas faladas hoje na Amazônia é, na verdade, um recorte das que sobreviveram aos séculos de exploração, doenças exógenas, violência colonial, escravidão e desapropriação. O levantamento considera que, antes da invasão dos europeus, havia mais de mil línguas indígenas. O processo de apagamento das tradições orais se seguiu até por volta da década de 1950, quando os governos dos países amazônicos estigmatizavam as línguas originárias e oprimiam os povos indígenas, o que resultou na extinção e ausência de documentação das línguas.

E outras tantas ainda correm o risco de desaparecer. Ou melhor, todas, como alertou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) por meio dos dados apresentados no Atlas das Línguas em Perigo. A preocupação é tamanha que, em 2019, a Assembleia Geral da ONU proclamou os anos de 2022 a 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas, uma declaração que espera ser capaz de não apenas preservar a oralidade tradicional, como também permitir que ela seja repassada às futuras gerações.

Para a pesquisadora Ana Vilacy, que é bisneta de uma indígena sequestrada muito jovem e forçada a se casar com o seu raptor, e cujas informações sobre a etnia seguem sem qualquer indício de respostas concretas, é imprescindível resguardar a história dos povos tradicionais pela sua oralidade.

FALANTES

“Tem línguas que tem apenas um, dois, quatro falantes; grupos que têm talvez dez. Poucas línguas no Brasil têm acima de mil falantes e talvez só duas ou três têm mais que 10 mil falantes. Então, do que se considera uma língua segura, não ameaçada, qualquer língua com menos de mil falantes é uma língua ameaçada, porque mil é um número muito pequeno. Ainda que a língua esteja sendo aprendida pelas crianças, tenha sido passada na escola, essa língua pode desaparecer em um evento catastrófico de qualquer natureza”, afirma.

É nesse contexto que o Museu e a Universidade Federal do Pará (UFPA) mantêm, desde 2023, um acervo do Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas. A iniciativa é realizada em parceria com as comunidades da TI Rio Guaporé, em Rondônia, para preservar os idiomas Makurap, Wayoro e Djeoromitxi. Também sob a coordenação da linguísta Ana Vilacy Galúcio, o material final será compartilhado com a população originária e comporá o acervo permanente do Arquivo de Línguas Indígenas do Museu Emílio Goeldi.



Ana Vilacy Galúcio, pesquisadora do Museu Goeldi, buscou ferramentas de fácil utilização para ensinar jovens e adultos a revitalizar a língua materna e fortalecer a luta linguística

Ana Vilacy Galúcio, a researcher at the Goeldi Museum, sought easy-to-use tools to teach young people and adults how to revitalize their mother tongue and strengthen the linguistic struggle

🇬🇧 Multimedia dictionaries are allies

Currently, Mário Puruborá is the only fluent speaker in the village, but he says he has been helping other indigenous people learn Puruborá. In the 1980s, the language was considered extinct, but in the beginning of the 21st century, the village reclaimed its rights, and, with the use of technological resources, they have managed to maintain the oral tradition in its original form, unlike those who live in other regions.

“Today, fluent, I’m the most skillful, but I have students who are learning well. The number (of fluent speakers) is growing. I’m very happy to see that these technologies, in part, have helped a lot,” celebrates Mário.

The technology he refers to is the Multimedia Dictionaries of Indigenous Languages, launched in April of 2025, during Indigenous Peoples Month, by the Museu Paraense Emílio Goeldi [Pará Museum Emílio Goeldi]. The project coordinator is the Museum’s researcher and

linguist Ana Vilacy Galúcio, who sought easy-to-use tools to teach young people and adults how to revitalize their mother tongue and strengthen the linguistic struggle.

“In 2019, the project started from a request of a chief named Augusto Kanoé, from the Kanoé people of Rondônia. He wanted resources he could use to learn his mother tongue, since his parents spoke it, but he spoke little and his children didn’t know any word. He didn’t know the pronunciation of the words and wanted to know how he could listen to it. So, it is then that, we started thinking and ended up with this production of the multimedia dictionary, in which you insert information, including writing, images, and specifically audio. And then you can listen to the spoken language,” explains Ana Vilacy.

SEVEN WORKS

The digital platform provides seven bilingual dictionaries in free, open-

source, and easily accessible software covering the following indigenous languages: Kanoé-Portuguese, Oro Win-Portuguese, Puruborá-Portuguese, Sakurabiat-Portuguese, Salamã-Portuguese, Wanyam-Portuguese, and the dictionary of Sacred Places of the Medzeniakonai People. Three other translations are already underway by the Museum’s team.

Mário Puruborá, who contributed to the project, says that the digital material can strengthen a culture that has become fragile over time. “In my view as a knowledgeable teacher, I feel very concerned because I see our cultures weaker and weaker, the language ceasing to be used, parents do not speak it in their daily lives. That is why indigenous school education with teaching materials from each indigenous people is so important for the culture to remain strong and vibrant,” says the indigenous educator.

We need to preserve not to die

According to the 2022 Demographic Census, from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [Brazilian Institute of Geography and Statistics], Brazil has 295 spoken indigenous languages and 391 ethnic groups. The data also indicate that 1,694,836 indigenous people spread into 4,833 municipalities in the country, which represents less than 1% (0.83%) of the total 213 million Brazilian inhabitants.

Nevertheless, research from the Emílio Goeldi Museum points out that the number of languages spoken today in the Amazon is, in fact, a snapshot of those that survived centuries of exploitation, exogenous diseases, colonial violence, slavery, and dispossession. The survey considers that, before the invasion of the Europeans, there were more than a thousand indigenous languages. The process of erasing oral traditions continued until around the 1950s, period during which governments of the Amazonian countries stigmatized the native languages and oppressed the indigenous peoples, causing extinction and lack of documentation of the languages.

And many other languages are still at risk of disappearing. In fact, all of them, as the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) has warned through data presented in the Atlas of Endangered Languages. The concern is so great that, in 2019, the UN General Assembly proclaimed the years 2022 to 2032 as the International Decade of Indigenous Languages, a declaration that hopes not only to preserve traditional oral traditions but also to allow them to be passed on to future generations.

For researcher Ana Vilacy, the great-granddaughter of an indigenous woman kidnapped at a young age and forced to marry her kidnapper, and whose information about the ethnic group remains without any indication of concrete responses, it is essential to defend the history of traditional peoples through their oral tradition.

SPEAKERS

“There are languages that have only one, two, four speakers; groups that have perhaps ten. Few languages in Brazil have more than a thousand

speakers, and perhaps only two or three have more than 10,000 speakers. Regarding what is a safe, unthreatened language, any language with fewer than a thousand speakers is a threatened language, because one thousand is a very small number. Despite the fact that the language is being learned by children and has been taught in school, this language can still disappear in a catastrophic event of any kind,” she states.

It is in this context that the Museum and the Federal University of Pará (UFPA) have maintained, since 2023, a collection of the Programa de Documentação de Línguas Ameaçadas [Endangered Languages Documentation Program]. The initiative is carried out in partnership with the communities of the Rio Guaporé Indigenous Territory, in Rondônia, to preserve the Makurap, Wayoro, and Djeoromitxi languages. Also, under the coordination of linguist Ana Vilacy Galúcio, the final material will be shared with the native population and will become part of the permanent collection of the Indigenous Languages Archive of the Emílio Goeldi Museum.

DEMOCRACIA MULTILINGUE

A Constituição Federal de 1988 é um verdadeiro marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, por garantir a liberdade de escolha dos representantes, tanto no Legislativo quanto no Executivo, sem distinção de cor, raça e gênero. Foi ela também que pôs fim à tutela do Estado em relação aos povos indígenas que, antes da promulgação, em 5 de outubro de 1988, considerava os povos originários inaptos para eleger políticos e se representar perante a justiça brasileira. Só faltava tornar o acesso à informação mais acessível.

Em 2023, a Carta Magna foi traduzida para o Nheengatu, a única língua descendente do tupi antigo e ainda viva. Dois anos depois, o governo federal traduziu a também chamada Constituição Cidadã para as três línguas originárias mais faladas no País: Tikuna, Kaiowá e Kaingang.

Além disso, o estado do Amazonas passou a ter 17 línguas oficiais, e o português é só mais uma. Motivo de alegria, mas também de perseverança para os indígenas que vivem na região, como o professor Artur Gonçalves, cujo nome em Baniwa é Walipere. “Fico feliz de saber que o Amazonas tem 17 línguas cooficiais. Isso é conquista dos povos indígenas ao longo do tempo, mas, ao mesmo tempo, vejo que precisa ainda fortalecimento da política linguística de fato no estado e no município para essas línguas funcionarem na prática”, diz Walipere.

Guia do TRE Pará promove inclusão

Outro importante instrumento de acessibilidade e garantia de direitos aos povos indígenas é a tradução do processo eleitoral para línguas originárias na Amazônia. O projeto intitulado “Guia Originários”, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE Pará), foi lançado em 2024 e traduzido para quatro línguas tradicionais: Mundurucu, Tenetehara, Nheengatu, Wai-wai e o Mebêngôkre. Segundo a vice-presidente e corregedora do TRE do Pará, desembargadora Filomena Buarque, a iniciativa leva em consideração a ampla diversidade sociocultural e presença expressiva de povos indígenas no estado.

“Ao longo das ações institucionais de aproximação com essas comunidades, tornou-se evidente que a língua é um fator determinante para garantir a compreensão plena do processo eleitoral. Assim, o ‘Guia Originários’ nasceu como uma iniciativa de valorização das identidades indígenas e de promoção da participação democrática, levando orientações eleitorais em uma linguagem acessível, respeitosa e conectada às realidades locais”, explica a desembargadora.

Nos guias bilíngues, há informações de como emitir o título de eleitor, realizar a retificação no cadastro, segurança da urna eletrônica, o que pode ou não pode levar no dia de eleição, bem como explicações sobre um tema sensível ao eleitorado indígena, que é a compra de voto e a liberdade de cidadania. Um passo que valoriza a democracia e a perpetuação das línguas maternas.

“Quando uma língua indígena é incorporada a uma iniciativa institucional, ela deixa de ser apenas um elemento cultural restrito ao cotidiano comunitário e passa também a ocupar um espaço de legitimidade social, o que fortalece o orgulho identitário e incentiva sua manutenção, especialmente entre as novas gerações”, afirma a magistrada.



Populações indígenas brasileiras enfrentam o desafio de preservar suas línguas. À direita, o “Guia Originários”, do TRE do Pará.

Brazilian indigenous populations face the challenge of preserving their languages. On the right, the “Guia Originários” (Guide to Indigenous Peoples), from the Regional Electoral Court of Pará



🇬🇧 Multilingual democracy

The 1988 Federal Constitution is a true landmark for the rights of Brazilian citizens, guaranteeing the freedom to choose representatives, both in the Legislative and Executive branches, without distinction of color, race, or gender. It also put an end to the State's tutelage over indigenous peoples, which, before its promulgation on October 5, 1988,

considered native peoples unfit to elect politicians and represent themselves before the Brazilian justice system. The only thing missing was more accessible information.

In 2023, the Magna Carta was translated into Nheengatu, the only language descended from Old Tupi that is still alive. Two years later, the federal government translated the so-called Citizen Constitu-

tion into the three most widely spoken native languages in the country: Tikuna, Kaiowá, and Kaingang.

Furthermore, the state of Amazonas has currently 17 official languages, and Portuguese is just one more. This is a cause of joy, but also of perseverance for the indigenous people who live in the region, such as Professor Artur Gonçalves,

whose name in Baniwa is Walipere. “I am happy to know that Amazonas has 17 co-official languages. This is an achievement of the indigenous peoples over time, but at the same time, I see that there is still a need for strengthening the language policy in the state and municipality for these languages to function in practice,” says Walipere.

The Pará Regional Electoral Court's guide promotes inclusion

Another important instrument for accessibility and assurance of indigenous peoples' rights is the translation of the electoral process into native languages of the Amazon. The project entitled “Guia Originários” [Guide to Indigenous Peoples], from the Regional Electoral Court of Pará (TRE Pará), was launched in 2024 and translated into four traditional languages: Mundurucu, Tenetehara, Nheengatu, Wai-wai, and Mebêngôkre. According to the vice-president

and inspector of the TRE of Pará, Judge Filomena Buarque, the initiative considers the broad sociocultural diversity and significant presence of indigenous peoples in the state.

“Throughout the institutional actions aimed at engaging with these communities, it became evident that language is a determining factor in ensuring a full understanding of the electoral process. Thus, the ‘Guia Originários’ was meant as an initiative to value Indigenous identities and promote

democratic participation, providing electoral guidance in an accessible, respectful language connected to local realities,” explains the judge.

The bilingual guides provide information on how to obtain a voter registration card, make corrections to voter registration information, the security of the electronic voting machine, what can and cannot be brought to the polls on election day, as well as explanations on a sensitive topic for indigenous voters:

vote buying and freedom of citizenship. This is a step that values democracy and the perpetuation of native languages.

“When an indigenous language is incorporated into an institutional initiative, it stops being just a cultural element restricted to daily community life and begins to occupy a space of social legitimacy, which strengthens identity pride and encourages its maintenance, especially among new generations,” says the magistrate.



PARCERIA INSTITUCIONAL

A produção do Liberal Amazon é uma das iniciativas do Acordo de Cooperação Técnica entre o Grupo Liberal e a Universidade Federal do Pará. As reportagens que envolvem pesquisas e estudosos da UFPA são revisadas por profissionais da academia. A tradução do conteúdo é também realizada pelo acordo, através do projeto de pesquisa ET-Multi: Estudos da Tradução: multifaces e multisemioses.

INSTITUTIONAL PARTNERSHIP

The production of Liberal Amazon is one of the initiatives of the Technical Cooperation Agreement between the Liberal Group and the Federal University of Pará. The articles involving research from UFPA are revised by professionals from the academy. The translation of the content is also provided by the agreement, through the research project ET-Multi: Translation Studies: multi-faces and multisemiotics.